

Tematizando a realidade brasileira

Ana Ângela Farias Gomes¹

Feevale/RS e Unisinos/RS

Resumo

Trata-se de análise sobre os usos que a Rede Globo vem realizando de diversas temáticas sociais, diretamente relacionadas à conquista da cidadania no País. Em especial, a tematização dos assuntos infância, adolescência e inclusão social a partir da Campanha Criança Esperança. A perspectiva teórica é a de que ocorre uma tematização do social, onde o sistema midiático televisivo opera sugerindo-se central nos debates entre os mais diversos sistemas sociais acerca das resoluções dos problemas coletivos brasileiros.

Palavras-chave

Cidadania; criança; televisão; mídia; discurso.

JÁ É ANTIGA A DISCUSSÃO SOBRE UMA dicotomia tradicional, baseada numa perspectiva de real ontológico, que divide os gêneros da programação televisiva em *informação* e *ficção*. Uma das conseqüências dessa classificação é o estabelecimento, junto ao telespectador, de um contrato de especção. Sob essa perspectiva, programas que se encaixam na classificação de jornalismo e contextualizados na programação televisiva estabelecem uma relação contratual simbólica que reza que aquilo colocado no ar trata-se de *realidade*, visto que informação – estabelecendo uma relação de diferenciação com o que estaria no campo da ficção, também identificável como o “não-real”.

Segundo Luhmann (2005), o jornalismo é a área da programação que fornece de forma mais direta a cópia da realidade e dessa mesma forma ela é anunciada e percebida. Para a nossa análise interessa que tal relação contratual simbólica trata, em essência, do modo com uma sociedade permite sua auto-observação ao encargo do sistema televisivo e tende a aceitar essa mesma forma de observação à maneira da observação dos observadores.

Na TV, os telejornalísticos assim se colocam frente ao telespectador. Há o acordo naturalizado de que as mensagens transmitidas mantêm uma relação estreita com a realidade e há ainda um segundo compromisso, igualmente naturalizado, que é o de trato

¹ Jornalista, Mestre em Sociologia (Universidade Federal do Ceará-UFC), Doutora em Ciências da Comunicação (Unisinos-RS), professora de Jornalismo (Feevale-RS). anaangela@uol.com.br

imparcial para com os assuntos em foco. Segundo Eco (1984), recaem sobre os programas informativos as maiores cobranças de seriedade das informações veiculadas. De acordo com o autor, são três os preceitos básicos a respeito desse tipo de programa: 1. dizer a *verdade*; 2. dizer a *verdade* segundo critérios de *relevância* e *proporção*; 3 separar *informação* e *comentário*.

Esse modo de agir indicaria que o jornalismo no contexto televisivo repassaria ao telespectador todos os dados sobre os fatos, cabendo a quem assiste utilizar sua capacidade reflexiva e chegar às suas próprias conclusões. Sabe-se, entretanto, que não faz parte da instância do discurso tamanho distanciamento para com os seus conteúdos e que a própria TV é marcada por uma série de recortes discursivos propiciados tanto pela ação humana (apresentadores, repórteres, editores etc.) quanto pelos recursos tecnológicos que lhe são intrínsecos (planos, focos de imagem, edição etc.). Para além disso, sempre nos cabe lembrar da perspectiva de real trabalhada aqui, relacionada à interioridade de cada sistema.

Entretanto, o que impera ao telespectador, ao consumir informação, é a condição da TV como fiel tradutora da realidade. Tal característica delinea de modo definitivo aquilo que o senso comum espera enquanto função dos telejornalísticos, o que contribui na sua formatação como um gênero. Falar dessa relação proposta com a realidade é tratar das regras de constituição discursiva que garantem a repetição de operações e que, como diria Verón (2004), se adiantam aos sentidos que vêm a ser produzidos. A contínua reafirmação dessas regras, realizada numa relação sucessiva de autopoiese, vai garantir as referências que moldam o gênero, mesmo que em situação híbrida. Em síntese: são operações que se atualizam e em consequência auto-fortalecem o telejornalismo como um gênero descrito sob certos moldes.

É investindo com bastante ênfase nessa perspectiva de *observador fiel do real* que as intervenções jornalísticas da Globo são trabalhadas ao tratar do Criança Esperança (CE). No período de campanha, os telejornalísticos são convocados a realizar a cobertura factual do acontecimento e, entre outras iniciativas, em matérias que mostram o trabalho de entidades que recebem verbas oriundas das doações realizadas. E é a partir delas que examinaremos o papel dos telejornalísticos no Criança Esperança.

Durante um espaço de tempo de cerca de quatro semanas entre julho e agosto de cada ano, todos os quatro telejornalísticos da Globo tematizam o Criança Esperança. Há diariamente pelo menos uma matéria em cada um deles (Bom Dia Brasil, Jornal Hoje, Jornal Nacional e Jornal da Globo) focada na missão de mostrar os efeitos concretos do repasse de dinheiro arrecadado com o CE a ONGs localizadas em diversos estados brasileiros. Sob tal perspectiva, os telejornalísticos realizam uma operação que chamamos de “prestação de contas”, realizada em outros moldes também pelos programas de auditório, em especial o Programa do Faustão (o que será abordado mais à frente neste trabalho). A diferença é que nos telejornalísticos a operação se realiza sem ser assim nomeada, enquanto que no Fustão é assim explicitado: prestação de contas.

Assentada no contrato de observador fiel da realidade que os telejornalísticos mantêm com seus telespectadores, a Globo explora esses pontos da programação para afirmar que o dinheiro arrecadado é bem utilizado e consegue transformar cenários sociais. É o momento da “prova concreta”, da relação mais direta com o que de fato acontece no cotidiano das pessoas, fortalecendo a idéia de que o Criança Esperança não é algo concernente apenas ao universo televisual, mas que existe e atua na sociedade.

Nas primeiras observações sobre o papel dos telejornalísticos em relação ao CE, foi detectado que as matérias que abordam o assunto trazem, modo geral, um mesmo formato, que lembra a narrativa dos contos de fadas. Inicialmente, o repórter mostra uma situação local (um município, uma comunidade, um grupo de crianças de uma favela, um grupo de mulheres etc.) de grande dificuldade em alguma área social (desnutrição, mortalidade infantil etc.). A partir da ação de uma ONG financiada pelo projeto, esse cenário se transforma e a situação do coletivo envolvido passa a ser outra. Expressões como “evolução”, “transformação”, “vida nova” etc. são utilizadas correntemente.

Despojadas da ordem tradicional jornalística de imparcialidade para com o assunto tratado, as matérias abraçam a causa do CE explicitamente, mostrando-o bom o suficiente para não ter sua existência e funcionamento questionados mas, pelo contrário, louvados. Desse modo, a exceção à regra vai cumprir uma função estratégica para o auto-fortalecimento do CE e, conseqüentemente, da própria Globo. A semiose gerada investe no sentido de que o telejornalístico reflete o real e que se as regras do distanciamento e da imparcialidade são quebradas, isso ocorre em nome de algo que

foge à necessidade de questionamento. A regra é uma operação e a quebra da regra é uma segunda operação infinitamente mais sofisticada.

Explicamos. Se entendemos que a regra da imparcialidade ocorre para deixar ao telespectador a possibilidade de tirar conclusões por si, quando essa possibilidade lhe é tirada, o sentido produzido, nesse contexto aqui tratado, é de que o acontecimento tematizado não carece dessa reflexão por parte de quem assiste: sua verdade já está dada, salta aos olhos, é inquestionável. Mais do que isso, sua verdade exige a adesão dos telespectadores. Ao definir o que é e o que não é da alçada do telespectador refletir, tanto a Globo como as demais emissoras acabam por assumir uma postura moralista e autoritária, no sentido de se colocarem capazes de determinar tais questões que são, em última instância, da ordem ética de cada indivíduo.

Na medida em que se configura enquanto canal de representação do real, o jornalismo televisivo acaba por assumir um lugar de exercício de poder, pois através dele se saberá o que diz respeito ou não à realidade de uma sociedade. O que se observa é que o sistema televisivo contemporâneo, tendo como suporte o jornalismo, por vezes assume uma postura moralista acerca dos temas que aborda. Ter o poder de representar a realidade muitas vezes significa ter o domínio de realizar julgamentos morais, sempre buscando identificar o “bom” e o “mau” para a sociedade. E embora lancem mão dessa estratégia diversas vezes, tal atuação moralista tende a ser ocultada pela função de representação do real contratada, em especial, pelos programas telejornalísticos.

Segundo Luhmann, no sistema midiático a moral é ofertada enquanto compensação, “em lugar de”. “A moral precisa das coisas que são claramente escandalosas para se renovar ao longo da história, ela precisa dos meios de comunicação e, em especial, da televisão.” (Luhmann, 2005, p. 134). No caso do Criança Esperança, o “escândalo” caberia à situação de crise social do país. Não tratando, nesse caso, de um escândalo em sua forma clássica, que ressoa feito bomba na sociedade, mas de uma situação de crise social contínua sobre a qual o telespectador deve se indignar, identificar culpados (que no discurso *global* é quase sempre o poder público) e reagir de determinados modos.

Como bem expressa Luhmann, no sistema midiático a descrição da realidade encontra-se sujeita a um modo de investigação da verdade que passa a impressão de ser

carente de equilíbrio. “A reprodução continuada do ‘é’ é contraposta pelo como ‘de fato deveria ser’” (Luhmann, 2005, p. 134). Modo geral, as matérias exibidas exploram justamente esse caminho: algo está errado e o Criança Esperança tem o poder de levar ao “como de fato deve ser”, contando para isso com a participação do telespectador, que pode reagir àquela situação “escandalosa” por meio de uma doação através de um telefonema ou de um “clique” no site do projeto na internet.

Essa correlação entre exercício de poder e uso de julgamentos morais está muito presente nos telejornalísticos que abordam o CE. A consequência mais forte desse enlace é que o Criança Esperança, assim como outras iniciativas de cunho social da Globo, encerra-se em seu próprio discurso como algo não questionável. É o sistema televisivo que por meio de operações de tematização do social atua como “regulador social”, visto que vai determinar a partir de julgamentos morais o que é aceitável e inaceitável em termos de “social”².

Encontra-se nesse processo um aspecto autoritário que diz respeito, modo geral, a considerável parte do sistema midiático. Se nas relações de acoplamento estrutural que estabelece com seu entorno (demais sistemas sociais), atua enquanto dispositivo de reflexividade e, em consequência, de questionamento sobre a sociedade, em relação a si próprio é raro que abra espaço para questionamentos. Modo geral, a mídia desenha-se como um espaço por onde se exerce a liberdade de expressão no debate sobre o seu entorno, mas dentro dela muito dificilmente se encontrará espaço para o debate sobre o que ela própria realiza³.

Do ponto de vista da participação da criança no universo do sistema midiático, considerável parcela dos estudos recentes preocupa-se com a percepção da criança como potencial consumidor. Em especial, tal fenômeno é observado a partir da década de

² Como exemplo de temas excluídos da política de tematização do social da emissora temos o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), continuamente tratado negativamente pela Globo. Essa atitude enfraquece a possibilidade de a questão da terra ser abordada pela emissora sob todos os seus aspectos. Em consequência, a questão da terra só é um problema social devido ao modo violento que o MST age (segundo a Globo).

³ Sobre isso, por outro lado, verifica-se hoje em dia o funcionamento de diversas ONGs que trabalham para questionar e reclamar publicamente da atuação da mídia, o que vem a representar uma resposta da sociedade civil a essa situação de autoritarismo. Um dos mais atuantes é o movimento “Quem financia a Baixaria é Contra a Cidadania”, organizado pela Comissão dos Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e organizações da sociedade civil. O objetivo é promover os direitos humanos e a dignidade do cidadão na mídia.

80, período que, como observa Sampaio (2000), passa a registrar um grande investimento por parte da televisão em programas infantis. Segundo a autora, “a descoberta do potencial de consumo da criança é a alavanca básica que deflagra esse processo” (Sampaio, 2000, p. 148).

Essa tendência de abertura de espaço na mídia para a criança só tem aumentado. Decorre tanto do interesse do sistema econômico em contabilizar um maior número de consumidores, quanto, ainda antes, de uma reconfiguração sobre a infância no mundo ocidental registrada historicamente a partir do século XVIII⁴. Segundo Meyrowitz apud Brayner (2001), a alfabetização e os meios de comunicação contribuíram de forma decisiva para uma nova visão sobre a infância:

O desenvolvimento do ser humano e os papéis sociais correspondentes à idade estão fundados não somente no crescimento psicológico e cognitivo, mas também sobre o que se poderia chamar de modos específicos de acesso à informação social. (...) Eis porque podemos considerar a socialização como um processo de exposição gradual à informação. (MEYROWITZ, 1985 apud BRAYNER, 2001, s/p).

Entretanto, tanto Brayner quanto Meyrowitz afirmam que essa tendência chega a um momento de reverso da moeda: o investimento da criança enquanto consumidor potencial a tem transformado precocemente em adulto. Seria o “fim da infância”, ocorrida especialmente nos últimos 30 anos e marcada fundamentalmente por uma passagem que Meyrowitz identifica como “da cultura livresca” à “cultura televisiva”.

Não há como duvidar da tese dos dois autores se focarmos apenas a infância retratada no âmbito da publicidade e da cultura do entretenimento. Sampaio (2000), entretanto, ao questionar a tese de Meyrowitz, lembra que no contexto brasileiro a “adultização” da infância ocorre também devido a uma situação de desigualdade social. Nesse caso, a autora não está falando das crianças cujas famílias têm um certo poder aquisitivo. Trata-se, na verdade, de crianças que em muitos casos sequer possuem famílias – pelo menos do ponto de vista habitual do conceito, como explica Sampaio:

⁴ Segundo Philippe Ariès, em “A história social da criança e da família” (Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1978), até meados do século XVII, a criança ainda não tinha um espaço definido na sociedade nas sociedades ocidentais. Assim que podiam dispensar a ajuda dos pais (por volta de sete anos), as crianças eram introduzidas no mundo dos adultos.

Não é, em primeiro lugar, a partir da mídia televisiva que a criança e o adolescente têm um maior acesso à vida adulta e aos seus segredos, senão pela vivência de uma situação de miséria e exclusão social que os empurra para o mercado de trabalho, para a delinquência, a prostituição e o crime organizado, retirando-lhes a chance de viver essas fases de suas vidas chamadas de infância e adolescência. (SAMPAIO, 2000 p. 171).

Sampaio lembra ainda que essa infância tem espaço na mídia justamente nos noticiários e propagandas de entidades associadas à defesa e proteção da criança. De fato, é nesse contexto que surgem as crianças mostradas nas matérias da Globo relativas ao Criança Esperança. nesse caso, os sentidos produzidos fazem justamente o movimento contrário da “adultização”, investindo na simbólica de uma infância potencialmente frágil e inocente, necessitada de cuidados especiais, tal qual os pequenos passaram a ser vistos a partir do século XVIII. Em síntese, se por um lado a mídia “adultiza” investindo no potencial de consumidor das crianças, a mesma mídia tematiza a infância relacionando a um contexto de carência social, dando relevância à imagem de desproteção.

No caso específico da análise deste trabalho, tal perspectiva sobre a infância acaba por desaguar, por meio de outros caminhos, num uso intencional de sua imagem, onde o sistema televisivo tende a se colocar como uma instância da sociedade capaz de cuidar e proteger essas crianças socialmente desprotegidas. Contextualizada em ações de responsabilidade social viabilizadas através do sistema televisivo, essa infância carente é dotada de simbólicas poderosas no que tange à sensibilização dos telespectadores. A estratégia de mobilização do afeto, já tratada aqui, ganha nesse contexto um grande espaço de atuação. Nesse caso, diferente da criança saudável, bela, bem vestida, esperta e às vezes inteligente dos anúncios publicitários, o que vem à tela da TV é uma criança pobre, sempre necessitada de algum tipo de atenção básica que lhe falta devido à crise social do país.

Vale ressaltar que ao tratar do Criança Esperança, os telejornais da Globo parecem ter o cuidado de mostrar esse quadro da infância no Brasil poupando, no entanto, a parte mais trágica e difícil de digerir, que é a da marginalidade absoluta, que

envolve a prática de roubos, assaltos, assassinatos e prostituição infantil⁵. A imagem de criança mostrada parece encontrar-se personificada com adequação em Vitória, bebê “protagonista” da matéria exibida em 29 de julho de 2005, no Jornal Hoje, e produzida em Fortaleza pela retransmissora local⁶ da Globo. Com 1 minuto e 44 segundos de duração (14 segundos maior do que o tempo comum de matérias nesse telejornal), foca o trabalho da ONG Iprede, voltada para o atendimento de crianças com desnutrição. Vitória é uma ex-desnutrida recuperada graças à entidade, financiada graças ao Criança Esperança, que existe, nunca é demais lembrar, graças à Globo.

A reboque do tema infância a questão da desnutrição é tematizada e contextualizada já pelos apresentadores do telejornal ao convocarem a matéria:

Evaristo Costa: *Brasil afora milhares de crianças sofrem as conseqüências da desnutrição. E entidades trabalham para ensinar que além de comida é preciso dar às crianças amor e carinho para garantir a cura.*

Mariana Godoy: *Combater a desnutrição é um dos objetivos do projeto Criança Esperança que trabalha em vários projetos como este do Ceará que você vai conhecer na reportagem de Aline Oliveira.*

Seguindo a trilha da idéia de que os telejornalísticos são pontos da programação que *retratariam o real*, e que sob tal perspectiva exercem poder, vale pontuar o papel dos apresentadores nesse contexto. Eles são, em última instância, a voz que narra, o autor primordial da história que cada reportagem conta, o que se relaciona, como aponta Foucault (1992) ao tratar da questão da autoria do discurso, a uma situação de privilégio. Contextualizados em um cenário da redação do programa, eles ocupam um lugar mais alto, indicando destaque frente a todos os elementos captados pela imagem.

Em especial no Jornal Hoje e no Bom Dia Brasil encontra-se um sentido híbrido que envolve, por um lado, uma relação de poder e distanciamento estabelecida pela

⁵ A participação dessas crianças existe, sendo que tais práticas em geral são referidas como passado, isto é, as crianças que cometeram tais crimes ou foram vítimas da prostituição são mostradas já como “recuperadas”. Aquelas que ainda vivem nessa situação não aparecem no contexto do Criança Esperança.

⁶ No caso desta matéria, a produção ficou a cargo da retransmissora da Globo no Ceará, a TV Verdes Mares. Vale ressaltar que durante o período de campanha os telejornais locais também costumam fazer a cobertura dos projetos da região financiados pelo Criança Esperança.

atuação dos apresentadores, e por outro, uma valorização dos aspectos subjetivos dessas personas, que “quebram o gelo” do distanciamento. Para entender esse processo é importante lembrar que durante muito tempo os apresentadores estavam mais relacionados a uma postura de neutralidade aparente, de sobriedade e de distanciamento com o telespectador. Isso mudou muito, em especial a partir da década de 90 com a presença do âncora, aquele que sai da postura “neutra” para efetivamente dar opinião sobre os temas. Atualmente, o que se vê são apresentadores de telejornais cada vez mais *próximos* do telespectador, saindo do posto de persona imparcial para o de um ser humano que tem e expressa opiniões – desde os assuntos mais corriqueiros até os mais densos.

O que se tem percebido é que hoje não é nem mesmo o caso da ascendência do âncora, mas o de um tipo de apresentador que se manifesta em sua subjetividade, expressando opinião no nível do senso comum, contando até experiências próprias⁷ etc. Há também novidades na movimentação de seus corpos em cena. É comum hoje em dia que um apresentador observe o colega enquanto ele fala, quebrando a sobriedade e uma certa frieza de antes, quando ele permanecia olhando para a câmera à frente, em situação de quase ignorar a fala do outro, meio que robotizados.

O exercício de uma certa perspectiva de poder permanece e a ascensão da subjetividade mais parece uma estratégia de aproximação/sedução junto ao telespectador. No final das contas, é o apresentador que abre e fecha as matérias, é ele quem está no centro do cenário principal do jornal, e é dele – junto com o repórter – o direito de olhar para câmera, estabelecendo uma relação de evidência e dirigismo da atenção. Ao “olhar” para o telespectador, o intima a fazer o mesmo, a lhe dar a devida atenção. Martins assim define a relação de sentidos que se estabelece nesse jogo de olhares:

A autorização para olhar para a câmera, aliás, é exclusividade dos repórteres, são eles, portanto, que têm reconhecimento para narrar (contar) os fatos para o telespectador. Os entrevistados não têm esse hábito, tampouco essa função, a eles cabe apenas contar sua versão com os olhos voltados para o repórter. (MARTINS, 2006, p. 134).

⁷ Um exemplo são os apresentadores Sandra Annenberg e Evaristo Costa, do Jornal Hoje (Globo), comentarem logo após uma matéria sobre mergulho que gostam e praticam esse esporte.

A ascendência do jornalista na semiótica geral produzida por um telejornalístico também poder ser observada no anúncio de seus nomes já no texto de abertura que chama as matérias, como é o caso da reportagem citada, em que a apresentadora Mariana Godoy finaliza seu texto informando que a matéria a ser vista é da repórter Aline Oliveira. O enunciado telejornalístico é apresentado, desse modo, não anônimo, mas detentor da assinatura de uma pessoa.

Tal processo surge ainda mais acentuado quando observamos jornalistas na condição de celebridades que muitos deles hoje assumem, aparecendo em revistas dessa linhagem (Caras, Quem etc.), participando de eventos de grande visibilidade, entre outras ações do tipo. No contexto do Jornal Nacional, toda a simbólica do casal William Bonner e Fátima Bernardes (par tradicional, bem comportado, pais de trigêmeos etc.) de algum modo interfere nos sentidos produzidos pelo principal telejornal da TV brasileira, contribuindo do ponto de vista moral com o fator credibilidade.

É a imagem do repórter e/ou apresentador que vai se emaranhar com as notícias anunciadas, conferindo-lhes novos sentidos. Não por acaso o próprio sistema televisivo investe na celebração de seus jornalistas. Temos então jornalistas que para além de comunicadores de fatos, representam por si uma série de sentidos alimentados pela própria mídia, diretamente relacionados à lógica da celebração, da valorização do biográfico, da operação do “siga o exemplo”. Em decorrência disso, percebemos que a Globo investe não apenas na participação de seus artistas para a promoção do Criança Esperança, como também de sua equipe de jornalismo. Eles vão estar presentes nas bancadas dos telejornais e na cobertura das matérias, mas igualmente nos shows de sábado e domingo – tanto contribuindo na tarefa de apresentar⁸ como também no papel de depoentes positivos a respeito do projeto.

Essa duplicidade de papéis necessariamente vai gerar a consecução da operação “quebra do protocolo” da imparcialidade rumo ao abraçar a causa do CE. No contexto da programação da Globo, não cabe aos jornalistas apenas noticiar iniciativas relacionadas ao Criança Esperança, mas propagandear-lo.

⁸ Nesse caso, a principal função dos jornalistas é ir anunciando em diversos momentos o montante em dinheiro já doado, incentivando que mais pessoas doem de modo a fazer aumentar aqueles números.

A estrutura narrativa de apresentação das matérias segue em geral a ordem de tematizar determinada questão apresentando-a como problema social brasileiro para em seguida mostrar uma solução possibilitada pelo CE. Segundo Luhmann, os meios, através de notícias e reportagens, investem mais nos distúrbios do que na ordem. Escolher esse eixo para a auto-descrição leva a que a sociedade estimule a si mesma à constante inovação. “Ela produz ‘problemas’ que exigem ‘soluções’, que produzem ‘problemas’, que exigem ‘soluções’. Ela reproduz, assim, ao mesmo tempo, os temas que os meios de comunicação vão buscar e podem transformar em ação.” (Luhmann, 2005, p. 132).

O texto de abertura da matéria citada parte da tematização da desnutrição, direcionando uma resolução para o problema: “Brasil a fora milhares de crianças sofrem as conseqüências da desnutrição. E entidades trabalham para ensinar que além de comida é preciso dar às crianças amor e carinho para garantir a cura.” O gancho com o Criança Esperança é estabelecido em seguida: “Combater a desnutrição é um dos objetivos do projeto Criança Esperança que trabalha em vários projetos como este do Ceará que você vai conhecer na reportagem de Aline Oliveira”.

Embora em diversos pontos da programação a Globo anuncie o Criança Esperança como canal para a captação de doações financeiras que posteriormente serão repassadas a entidades por uma outra entidade (Unesco), o texto trai esse dado informando que “o projeto Criança Esperança trabalha em vários projetos como este”. O sentido produzido dá conta do CE enquanto instância que age concretamente junto a outras entidades, reforçando um protagonismo que em verdade vai até o repasse do dinheiro doado para a Unesco, salvo no caso dos Espaços Criança Esperança e da Pastoral da Criança, cuja parceria é permanente e diferenciada.

A relação entre sistemas sociais é constitutivamente tensional. Ao estabelecer uma relação de acoplamento estrutural com o terceiro setor, o sistema televisivo não o faz por acaso: essa ação vai auto-fortalecê-lo na estratégia de se referenciar junto ao seu entorno enquanto instância da sociedade capaz de oferecer saídas para os problemas sociais que assolam o país. Há uma disputa simbólica instaurada que tem como alvo principal o sistema político, com ênfase para as instâncias governamentais (municipais, estaduais e federal).

Diante desse contexto, estabelecer uma ambigüidade de sentidos acerca do papel do Criança Esperança pode ser útil à Globo. Não por acaso, enquanto seu personagem institucional primordial, o CE existe tanto dentro quanto fora da tela, fortalecendo a idéia de que a emissora atua *também* na vida cotidiana. E nesse caso, como já foi ressaltado, os telejornalísticos cumprem papel fundamental.

Há ainda um sentido produzido que merece destaque: a proposta de que o tratamento da desnutrição não se limite a cuidados técnico-profissionais e a uma alimentação adequada, mas que inclua ainda, como citou Evaristo Costa, “amor e carinho para garantir a cura”. Recorre-se à estratégia de mobilização do afeto dos telespectadores, aliada a uma perspectiva holística de cuidado com as crianças na sugestão de um tratamento que leve em conta a relação entre corpo e mente; aspectos emocionais e tratamento de problemas de saúde. Se esta é a semiose gerada no texto verbal, o não-verbal vai dialogar com o primeiro, reforçando-o. Na passagem dos apresentadores para a matéria, a primeira imagem foca em primeiro plano a menina Vitória enquanto a repórter narra uma história de final feliz:

Aline Oliveira: Vitória de um aninho venceu a batalha contra a desnutrição. Os pais comemoram cada grama a mais. Ela chegou aqui com 10 meses e apenas 5kg, agora está com 8kg.

A câmera abre o foco e mostra os pais de Vitória, mas logo em seguida volta a captá-la em primeiro plano, enfatizando seu protagonismo na história narrada, feito “prova” de que ela superou a desnutrição e hoje é uma criança saudável. Vitória é a representação de uma infância carente da atenção da sociedade, desprotegida do ponto de vista social. O texto da repórter reforça sua fragilidade com o uso do diminutivo: “Vitória de um aninho...”. Sorrindo, a mãe entrevistada, confirma a nova situação:

Maria da Conceição – dona de casa⁹: Minha filha tá outra. Tem sorriso no rosto, né Vitória?

Embora não esteja no papel de narradora oficial da história que está sendo contada, Maria da Conceição não deixa de fazer parte do núcleo de autoria da enunciação. Ela é o testemunho adulto, a parte desprotegida, igualmente vítima de um contexto de desigualdade social, que pode comprovar através de seu discurso o êxito do

⁹ O nome e a profissão da mãe são anunciados em caracteres na parte inferior da tela.

tratamento da filha, e conseqüentemente, do trabalho da ONG em foco e, mais além, do próprio Criança Esperança.

A repórter dá continuidade à narração, focando agora o trabalho da ONG:

Aline Oliveira: *O instituto atende outras 1.200 crianças por mês. Aqui elas são examinadas por médicos e nutricionistas, muitas precisam de outros tratamentos. Os remédios naturais usados para tratar as crianças são feitos aqui.*

Enquanto a voz em off¹⁰ da repórter é veiculada, são mostradas imagens relativas ao funcionamento da ONG, o que inclui uma criança sendo atendida por uma profissional da saúde (provavelmente a nutricionista) e uma área laboratorial voltada para a produção dos medicamentos caseiros citados. Mas a imagem mais relevante de todas ao longo dessa parte coberta por um áudio em off é a de várias crianças reunidas em torno de uma mesa, praticando desenho. Metade delas não ignora a presença do cinegrafista, olhando com curiosidade e sorrindo para a câmera. Embora carentes do ponto de vista social, elas surgem felizes, desfrutando da possibilidade de usufruir um momento alegre, resultante de um amparo garantido pelo contexto da instituição em foco.

A última frase é a deixa para a participação de um outro tipo de autor presente na matéria, configurado no “especialista”. No caso, a farmacêutica que trabalha no Iprede:

Denise Vilanova - Farmacêutica: *Sai muito mais barato, certo? A nossa produção de xaropes aqui, são 600 xaropes, né?*

O autor-narrador prossegue falando da preocupação da entidade em não focar apenas o tratamento em si da desnutrição, mas também atender as crianças em outras áreas das quais são carentes, tais como diversão e alimentação. Nessa proposta, inclui-se também, uma assistência dada aos pais:

Aline Oliveira: *O tratamento inclui brincadeiras e lanches. Os pais recebem alimentos para 15 dias.*

Segue o depoimento de outra mãe, visivelmente carente, que aparece recebendo alimentos:

¹⁰ Texto gravado pelo repórter (ou apresentador) editado junto com as imagens da reportagem. Trata-se do áudio que cobre as imagens enquanto uma matéria é narrada.

Marlene dos Santos – dona de casa : *Graças a Deus esse lugar aqui tá me ajudando e muito.*

A diretora Inês Cabral, a voz que representa a instituição, é entrevistada em seguida, explicando o objetivo dessa ajuda às mães:

Inês Cabral – Diretora do Iprede: *Aqui nós procuramos justamente é passar pra elas muitos conceitos, muitos ensinamentos para que realmente essa criança possa se recuperar e não cair novamente na desnutrição.*

Esse depoimento é interessante por mostrar uma faceta mais global do trabalho da instituição, que pretende não apenas curar crianças da desnutrição, mas também auxiliar suas famílias de modo que não ocorram reincidências do problema. Nessa perspectiva, a matéria cumpre um papel interessante ao mostrar um trabalho que, conforme o dito popular, não “oferece apenas o peixe, mas busca ensinar a pescar”, reconfigurando a própria visão das famílias a respeito do *cuidar* das crianças. Essa é uma forma de interferir com uma proposta de resolução para a “temática-problema” desnutrição: a mudança de comportamento de cada indivíduo (mãe), ou seja, aquilo que pode ser sanado a partir de uma transformação da perspectiva pessoal. O que se observa, portanto, é a visibilidade de um trabalho socialmente responsável – que enxerga a solução de um problema social num nível mais macro –, no lugar de uma ação meramente assistencialista, marcada por uma solução pontual da questão tematizada.

O outro aspecto que envolve a temática, entretanto, que é a dimensão sócio-contextual do problema, não aparece aqui, como discutiremos logo a seguir. Por enquanto, sigamos a trilha da matéria. A repórter agora surge numa passagem, momento de uma reportagem televisiva em que o jornalista aparece falando diretamente para a câmera, demarcando sua presença enquanto narrador primordial da enunciação. A partir de “O Iprede foi selecionado...” retorna a voz em off coberta por imagens da instituição em funcionamento, reforçando o sentido de representante do real dos telejornalísticos através do cumprimento da função referencial de discurso verbal e não-verbal:

Aline Oliveira: *Até o fim do ano passado as crianças com desnutrição grave ficavam internadas na enfermaria que hoje está sem funcionar por falta de dinheiro para pagar os médicos e profissionais que faziam o atendimento. O Iprede foi selecionado pela Unesco para receber doações do Criança Esperança. O dinheiro vai garantir o atendimento por seis meses e pode mudar a vida de*

crianças como Mateus que teve desnutrição. Aqui a mãe aprendeu a dar para o menino mais que o alimento.

O depoimento que segue é de uma terceira mãe com seu filho no colo. Nas primeiras palavras, verbal e não-verbal se correspondem diretamente para em seguida a voz da mãe ser utilizada como narradora de imagens diversas do Iprede.

Rosely Gonçalves – dona de casa: Dá carinho, amor, aprendi a... sei lá, prestar atenção no crescimento dele, desenvolvimento dele, tudo isso eu aprendi aqui.

A parte em que a repórter começa a falar em uma passagem (“Até o fim do ano...”) traça a relação entre tudo o que foi mostrado até então na matéria e o Criança Esperança. Primeiro, a situação de crise representada pelo não funcionamento da enfermaria. A resolução da situação em seguida, que pode vir através do fato do Iprede ter sido selecionado pela Unesco para receber dinheiro doado pelo Criança Esperança de 2005. A doação, deixa claro a repórter, vai ajudar o Iprede por seis meses.

A idéia de Bauman (2001) de que vivemos o tempo onde “política” se transforma em “políticas de vida”, configurando uma prevalência do “micro” (do convívio social) em detrimento do “macro”, já foi tratada neste trabalho no primeiro capítulo. Evocamos essa teoria para tentar compreender o papel do terceiro setor nas sociedades contemporâneas e, nesse momento de análise, ela se torna mais uma vez um aporte para que possamos compreender os sentidos produzidos a partir dos telejornalísticos que abordam o CE.

O jogo discursivo estabelecido em torno do Criança Esperança algumas vezes chega a se contradizer. Por vezes, há enunciações que tratam do CE como algo capaz de “transformar o Brasil”, freqüente em diversos pontos da programação (Nos VTs de 2005, a frase é “Começa com uma ligação e de repente a gente tá mudando um país”). Sob essa perspectiva, à primeira vista trata-se de uma visão “macro”. Entretanto, nos sentidos produzidos pela matéria sobre a desnutrição, a instância do “micro” acaba mais relevante.

Isso se mostra, por exemplo, na abordagem que a temática desnutrição ganha ao longo da reportagem. Embora seja dito no início que este é o foco da instituição, o tratamento dado ao tema é superficial, focado na atuação de uma única ONG. Nada é dito ou questionado a respeito das causas que provocam um grande contingente de crianças desnutridas no Ceará e/ou no Brasil. No contexto do discurso telejornalístico, o tema “surge” e é dado como fato. Esse tratamento, em verdade, não diz respeito a apenas as

matérias que abordam entidades auxiliadas pelo Criança Esperança, mas se configura numa marca do jornalismo na TV, que quase sempre opta pela abordagem menos aprofundada e, muitas vezes, mais espetacularizada.

Na matéria citada, auxilia esse tom de superficialidade a ordem narrativa traçada pela autora-narradora (repórter), que está sempre estabelecendo um elo cronológico de uma situação de crise da instituição que tende a mudar com o *toque da fada madrinha* Criança Esperança. Essa dimensão de mudança, vale frisar, fica expressa não somente na matéria citada, mas no conjunto discursivo que inclui as matérias do telejornalismo e as demais abordagens sobre o CE nos outros pontos da programação. Essa observação é importante, visto que ao analisarmos o que cada ponto ou cada gênero diz em termos de Criança Esperança precisamos ter em conta que nenhum fala sozinho, mas se insere num discurso coletivo composto por diversas manifestações autorais contextualizadas nos pontos da programação. Uma matéria do telejornalismo complementar os discursos do VT e dos programas de entretenimento e vice-versa.

No caso da matéria sobre o Iprede, a possibilidade de “transformar o Brasil” tem prazo limitado: os seis meses de duração do aporte financeiro garantido pelo Criança Esperança. Ou seja, a matéria acaba contradizendo de certo modo a idéia da força da atuação do Criança Esperança junto à sociedade brasileira, visto que os discursos gerais dão conta de transformações bem mais profundas no tempo e no espaço. Mas com um pouco de atenção percebe-se, através da matéria, que a participação do CE é pontual para o contexto de uma instituição como o Iprede.

Nesse sentido, não há como discordar da tese de Bauman sobre a relevância do “micro”. Nossa crítica obviamente não pretende subestimar o valor humanista que uma perspectiva mais “micro” potencialmente contém, visto que ela vai dar relevância aos potenciais de carência e solidariedade de cada indivíduo em foco. O problema é focar essa perspectiva e, ao omitir-se sobre as questões sociais mais contextuais que envolvem e determinam a existência de crianças desnutridas, produzir um sentido despolitizado sobre um problema social diretamente relacionado a uma situação de desigualdade econômica. Essa é uma realidade para o país e, conseqüentemente, para o próprio sistema televisivo, que a seu modo, tenta reduzir a complexidade do mundo, como prevê a teoria luhmanniana. A narrativa do conto de fadas coaduna-se com essa perspectiva de redução das complexidades: os personagens vivem uma história de conflito embasada na

dualidade moralista do bem e do mal e têm a sua situação resolvida graças a um encanto de nível extraordinário, a fada madrinha.

Diante disso, o que se observa é um conjunto de operações discursivas que transferem temáticas sociais para um universo distante de uma possibilidade de reflexão aprofundada por parte do telespectador. A mobilização do afeto já citada é uma das mais poderosas operações desse tipo. Ela trabalha não apenas com a possibilidade de sensibilização solidária do indivíduo, como também com seu potencial de culpa, uma forte marca da civilização judaico-cristã. Ferrés (1998) afirma que a televisão investe na emoção como elemento mobilizador, fundamentando-se nos desejos, nos temores, nas ambições, nas culpas dos sujeitos. Não por acaso imagens sucessivas de crianças carentes são exibidas nas enunciações dos telejornais.

Na matéria do Iprede, enquanto uma mãe (Rosely Gonçalves) fala que aprendeu a dar “carinho e amor” para o seu filho, sua voz torna-se off de imagens em *slow motion* (câmera lenta) dela brincando com o filho. O mesmo recurso da câmera lenta volta a ser utilizado no final da matéria, que ganha uma música incidental de tom emotivo. Enquanto várias imagens das crianças do Iprede são mostradas, a diretora da instituição dá um arremate final, falando da necessidade de contribuição de todos:

Inês Cabral – Diretora do Iprede: *Se cada um fizer a sua parte, com certeza estaremos construindo uma sociedade mais justa e mais fraterna acima de tudo, né?*

No contexto em que se encontra, o discurso de Inês Cabral atinge dois sentidos. Tanto o mais direto, referencial, “de que cada um faça a sua parte”; quanto o indireto, onde “fazer a sua parte” significa contribuir com o Criança Esperança. No primeiro sentido, o complemento “estaremos construindo uma sociedade mais justa” ganha um tom mais macro, de inserção da situação mostrada (crianças carentes com desnutrição) relacionada ao contexto uma sociedade que não é justa. No outro sentido, a construção dessa outra sociedade parece de algum modo depender do Criança Esperança. E depender do telespectador, que vai ligar, doar e contribuir com uma ação social.

Referências bibliográficas

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRAYNER, Flávio. **Da criança-cidadã ao fim da infância**. Campinas: Educação & Sociedade, 2001.

- BRITTOS, Valério C.; BOLAÑO, César R. (orgs.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005.
- BUCHT, Catharina; FEILITZEN, Cecília Von. **A criança e a mídia**. Brasília: Unesco, Sedh/Ministério da Justiça, 2002.
- ECO, Umberto. **Viagem na irrealidade cotidiana**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- FECHINE, Yvana. **Tendências, usos e efeitos da transmissão direta no telejornal**. In: 2006. In: DUARTE, Elizabeth; CASTRO, Maria Lília (Orgs.). *Televisão: entre o mercado e a academia*. Porto Alegre: Sulina, 2006.
- FERRÉS, Joan. **Televisão subliminar: socializando através das comunicações despercebidas**. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- _____. **O que é um autor?** Porto: Veja, 1992.
- _____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1998.
- JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Campinas: Papyrus, 1996.
- KILPP, Suzana. **Ethicidades televisivas**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.
- _____. **Mundos televisivos**. Porto Alegre: Armazém Digital, 2005.
- LUHMANN, Niklas. **Sistemas sociológicos: lineamentos para uma teoria general**. Alianza Editorial/Universidade Iberoamericana, 1991.
- _____. **A realidade dos meios de comunicação**. São Paulo: Paulus, 2005.
- MACHADO, Arlindo. **A arte do vídeo**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. **A televisão levada a sério**. São Paulo: Senac, 2000.
- MARTINS, Nísia. **Informação na tevê: a estética do espetáculo**. In: DUARTE, Elizabeth Bastos; CASTRO, Maria Lília Dias (Orgs.). *Televisão: entre o mercado e a cidadania*. Porto Alegre: Sulina, 2006.
- SAMPAIO, Inês Sílvia Vitorino. **Televisão, publicidade e infância**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.
- SARLO, Beatriz. **Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e videocultura na Argentina**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.
- VERÓN, Eliseo. **La semiosis social**. Barcelona, Espanha: Gedisa, 1996.
- _____. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: Unisinos, 2004.
- WOLTON, Dominique. **Elogio do grande público**. São Paulo: Ática, 1996.